



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, composta de onze membros titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

ATA DA 12ª REUNIÃO DE 2009

Ata Circunstanciada da 12ª Reunião de 2009, realizada em 10 de novembro de 2009, às quatorze horas e vinte minutos, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, com a presença dos (as) Senadores (as): **Ideli Salvatti (PT), João Pedro (PT), Romero Jucá (PMDB), Jefferson Praia (PDT), Ignácio Arruda (PC do B), Paulo Duque (PMDB) e Gim Argello (PTB). Estiveram presentes ainda os Senadores Fátima Cleide (PT), Aloizio Mercadante (PT), Serys Shlessarenko (PT), Sadi Cassol (PT), Augusto Botelho (PT) e Eduardo Suplicy (PT), não membros da Comissão. Na oportunidade foi realizada a oitiva do Senhor José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Presidente da PETROBRAS.**

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento 569/09, para apurar irregularidades envolvendo a Empresa do Petróleo Brasileiro, a PETROBRAS.

Iniciando nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da 11ª Reunião, e a submeto à votação. Nós não temos... Nós não temos *quorum* para a votação. A Ata está em aberto e vamos ver se a gente vota até o final.

A presente reunião tem por finalidade a oitiva do Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, que é Presidente da PETROBRAS. Eu convido a Secretaria da CPI para trazer o Presidente da PETROBRAS e compor a nossa Mesa, dos nossos trabalhos.

Eu quero registrar a presença, nesta reunião, do Senador José Eduardo Dutra, que está aqui conosco.

A reunião tem como objetivo nós ouvirmos o Presidente da PETROBRAS, Sr. José Sérgio Gabrielli. Nós vamos passar a palavra à V. Sa. V. Sa. tem 20 minutos e pode ter mais tempo, se for necessário. Senador Inácio Arruda. V. Exa. tem a palavra.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: Boa-tarde, S.

Exa., o Senador João Pedro, Senador Romero Jucá, Srs. e Sras. Senadoras aqui presentes.

A PETROBRAS, desde o início dessa CPI, como não poderia deixar ser diferente, ela se demonstrou sua intensa disposição e vontade de esclarecer todos os pontos levantados no Requerimento da Constituição dessa CPI. Eu, pessoalmente, estive no Senado, conversando com os líderes do Senado, antes da Constituição da CPI, dizendo que nós estávamos dispostos a esclarecer todos os itens, da mesma maneira que nós estávamos esclarecendo todos os assuntos nos órgãos que estavam avaliando esses assuntos, nós estaríamos ainda mais dispostos a vir dar todos os esclarecimentos nessa CPI. Então, o que eu vou tentar apresentar, neste momento, Srs. e Sras. Senadoras, é uma visão geral sobre esses itens, porque esses itens já foram discutidos no detalhe, no depoimento dos técnicos e profissionais da companhia que estão responsáveis pelos detalhes desses diversos itens. O que eu pretendo fazer, portanto, é dar uma visão mais generalizada sobre esses diversos temas, tentando sintetizar aquilo que nós consideramos as principais conclusões que nós temos sobre cada um dos assuntos.

Além disso, eu gostaria de solicitar autorização para apresentar alguns processos internos nossos, que são processos... São processos que indicam como nós funcionamos, como internamente a PETROBRAS funciona e como seus processos internos acabam levando a que a companhia não tenha decisões unilaterais ou individuais, de tal maneira que todas as grandes decisões da companhia são decisões amadurecidas no processo decisório que envolve, em alguns casos, centenas de pessoas nesse processo decisório. Como nós estamos permanentemente tentando melhorar esses processos, eu gostaria, também, de avançar um pouco em como nós poderíamos, nesse processo de melhoria contínua desses procedimentos, incorporar e avançar na melhoria desses processos.

Então, eu vou começar pelos diversos itens do Requerimento dessa CPI. O primeiro item que eu queria discutir são as denúncias de uso de artifícios contábeis para a redução do recolhimento de impostos e contribuições. O que aconteceu nesse momento? Quer dizer, com base numa Legislação de 1998, uma Legislação, portanto, encaminhada ao Congresso Nacional, originalmente, pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Governo, naquela época, percebeu que grande variação cambial, da taxa de câmbio, e essa grande variação cambial inesperada e muito intensa era uma variação cambial que provocaria, em termos de avaliação dos ativos das empresas no exterior, um artificialismo nos ganhos de capital, quando esses ativos em moeda estrangeira se transformassem em moeda nacional. Para evitar tributação artificial sobre ganhos artificiais, o Governo, através da Medida Provisória 2158/01, que é a última versão dessa Medida Provisória, permite que a empresa, para enfrentar crises de volatilidade



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

da taxa de câmbio, essa empresa escolha se a forma de pagar o imposto – porque ela não tem direito de dizer a quantidade do imposto que vai pagar, porque o imposto a ser pago, em última instância, será sempre o imposto devido pela competência, mas o forma de pagar pode ser pela competência ou por caixa. De maneira que não há, no fim do dia, de fato, diferença no imposto a ser pago. Há apenas uma diferença da forma de pagar o imposto. E esta forma de pagar o imposto, foi atribuído à empresa o direito de fazer essa escolha.

Portanto, os procedimentos adotados com a grande variação da taxa de câmbio, que ocorreu no terceiro trimestre de 2008, foram procedimentos claramente definidos pela Legislação de 1998, portanto, por uma Legislação que começou a ser elaborada dez anos antes e foi, portanto, uma Legislação absolutamente legítima, uma Legislação absolutamente correta e, portanto, sem nenhuma manobra contábil, porque, do ponto de vista contábil, não houve alteração nenhuma dos registros do imposto que é devido pelo regime de competência.

Essa prática foi adotada por várias empresas, e, portanto, o ajuste que ocorre decorreu de créditos existentes e, portanto, de pagamentos a maior já realizados, e, portanto, não também significou nenhuma redução de pagamentos no período em questão, porque os pagamentos foram feitos em outros tipos de impostos federais, naquele momento. Então, do nosso ponto de vista, não houve fraude contábil, não houve nenhuma sonegação, nenhuma manobra para deixar de pagar impostos.

A segunda denúncia refere-se à questão dos patrocínios. Em primeiro lugar, eu queria fazer uma diferenciação clara...

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: Não, eu tenho. Eu prefiro um beijinho da senadora.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E você viu que ela fez o cabelo, veio toda arrumadinha, elegante... É toda uma homenagem ao nosso Presidente, sexagenário agora.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Só a Senadora Ideli tem essa prerrogativa.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: Não, tem a Senadora Serys aqui, também.

[risos]

O segundo tema que eu queria abordar é o tema da denúncia de irregularidades nos usos de verbas de patrocínio. Aqui, eu queria começar lembrando o que é patrocínio, que é diferente de um convênio,

que é diferente de um contrato. O patrocínio é uma ação feita, e isto está regulado por instruções normativas da SECOM, cujo objetivo principal é a visibilidade da empresa. Então, o patrocínio é feito com o objetivo de se obter uma maior visibilidade da marca da empresa e um melhor relacionamento da empresa com os públicos desse relacionamento. Um patrocínio não é um convênio, e a principal diferença do convênio é que no convênio você é corresponsável e cointeressado na atividade em si. Um patrocínio não é uma contratação de serviços onde você tem um serviço que... De alguém que presta esse serviço para você. Um patrocínio é uma escolha unilateral que você escolhe em termos do resultado que você vai obter com a visibilidade de sua marca. Nesse sentido, o patrocínio tem que ser avaliado pelo impacto que ele tem no seu objetivo inicial, que é visibilidade da marca. Qualquer outro tipo de ilação, em relação a usos dos recursos do patrocínio, em relação à prestação de contas, contábil e financeira do patrocínio, isso vai depender do tipo do patrocínio. Se o patrocínio é um patrocínio incentivado, por exemplo, em última instância, o incentivo é parte do orçamento público e o incentivo é renúncia fiscal, e, portanto, quem apropria-se e quem analisa os dados do ponto de vista de prestação contábil e de prestação da realização do serviço do ponto de vista financeiro é a autoridade do Governo. A PETROBRAS vai ser responsável do ponto de vista dela de se a sua marca ter a visibilidade esperada ou não. A análise documental, a análise dos diversos procedimentos adotados não compete à PETROBRAS, e a PETROBRAS não tem competência legal de fazer esse tipo de análise. E mais ainda, em alguns casos, não deveria mesmo ter essa competência, porque, em alguns casos, são patrocínios multi... Atividades multipatrocínadas, e, portanto, com combinação de fontes distintas para a realização de um determinado evento, ou determinada atividade ou determinado projeto.

Além do mais, os nossos patrocínios têm vários processos seletivos. 40% dos nossos patrocínios são através, diretamente, de seleção pública, dos patrocínios culturais. Nos patrocínios sociais, nós temos avaliadores externos que envolvem seiscentas e tantas pessoas, externas na companhia e no processo de seleção dos projetos. Então, portanto, nós temos um processo regulamentado, formalizado, estruturado de como realizam-se esses patrocínios. Nesse sentido, nós acreditamos que todas as questões referentes a potenciais problemas localizados nos diversos patrocínios, devem ser analisados à luz do processo que nós temos de escolha do patrocínio, acompanhamento do patrocínio, verificação do patrocínio, do ponto de vista, do objetivo que esse patrocínio tinha, que era, essencialmente, a exposição da marca e a exposição e a melhoria do relacionamento da companhia com os diversos públicos que nós nos interessamos. Portanto, nesse sentido, não acreditamos que nenhuma das acusações são, de fato, consequências de má... De uma má gestão na análise da prestação de



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

contas porque não é competência nossa a avaliação das prestações de contas.

O terceiro item dessa CPI refere-se aos indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Aqui, eu gostaria de chamar atenção dos Srs. Senadores, Sras. Senadoras, de alguns fenômenos históricos e alguns fenômenos importantes que estão acontecendo, senador. A última refinaria construída no Brasil foi construída em 1980. De 1980 a 2008, nós não construímos nenhuma refinaria nova no Brasil. Esse não é um fenômeno só do Brasil. A última refinaria nova americana foi construída em 1976. Houve, durante esse período longo, de 20, 30 anos, um processo de investimentos e aumento da capacidade de melhoria do processamento das refinarias existentes, no Brasil e fora do Brasil. Mas isso fez com que refinarias como construção nova começassem de novo a ser elaborados projetos muito recentemente. Por outro lado, essas refinarias que estão sendo reconstruídas e redefinidas em termos brasileiros e em termos internacionais, essas construções e esses projetos de refinaria ocorrem no momento de aquecimento da economia mundial, porque essas decisões não são decisões de curto prazo. Portanto, o desaquecimento que ocorreu a partir da segunda metade do ano passado, de 2008, quando a crise internacional se abateu, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, o efeito que isso tem sobre projetos e investimentos demora, não é efeito imediato, e sobre os custos de investimento, também demora. Com isso, eu quero dizer que há um processo de aprendizado da montagem de novas refinarias no mundo, e esse processo de aprendizagens das novas refinarias no mundo faz com que, ao longo da elaboração do projeto, o amadurecimento sobre o projeto avance, em termos de incorporação de novas unidades e em termos de avaliação mais precisa dos custos desses projetos em função de licitações em andamento e de informações que são extraídas do mercado.

Isso significa, portanto, que, do ponto de vista global do orçamento de uma refinaria, da mesma maneira que, em diversos projetos complexos e grandes, a decisão e a definição desse orçamento global depende do momento em que esse orçamento está no processo decisório. Eu vou, mais tarde, detalhar para os senhores as diversas etapas de todos os processos decisórios nossos para mostrar como esse processo decisório depende muito fortemente de uma melhor precisão no projeto e um melhor conhecimento e avaliação da situação real de mercado e, portanto, de uma aproximação sucessiva do valor final dessa refinaria.

No entanto, há uma discussão levantada por uma etapa de um dos contratos dessa refinaria. Esse contrato é um contrato de 450

milhões de reais, e nesse contrato, que é o contrato de terraplanagem, há discussão de seis itens, nesse momento, de divergências de interpretação entre a PETROBRAS e o Tribunal de Contas da União. Nesses itens, há uma divergência de como mensurar esses itens em termos de seu valor unitário ou em termos de seu valor global. Essa diferença, em termos de valor unitário e valor global, pode levar a entender que alguns desses itens, o TCU consideraria que haveria sobrepreço em alguns desses itens. Do ponto de vista técnico, o TCU considera o sobrepreço como a diferença entre o preço que está no contrato e o preço que o TCU acha que é adequado para aquele item. Então, esse tipo de sobrepreço se evidenciará num superfaturamento se o pagamento final, de fato, for maior do que foi contratado inicialmente.

Dois fenômenos ocorrem aí. Primeiro, nos contratos da PETROBRAS, os contratos feitos com preço global, quando um item extrapola a previsão inicial do seu preço, não se paga por esse item de acordo com o quantitativo daquele item. Vai-se chegar o limite previsto no orçamento, e caso esse limite se extrapole, haverá uma negociação específica sobre aquele item, de tal maneira a se minimizar e manter o equilíbrio do conjunto do contrato.

Do ponto de vista, portanto, da companhia, nós avançamos no conhecimento melhor do mercado para refinar e ajustar os nossos projetos ao custo de mercado e de outro, no caso específico da terraplanagem, nós temos algumas diferenças de qual é, de fato, o custo de cada um dos itens que o TC está levantando.

Do ponto de vista do TCU, também, há um avanço da compreensão e do entendimento dessas questões, porque, depois de longos anos com poucas obras, o país intensificou as suas obras, o TCU está cada vez mais ativo e operante no controle dos desembolsos e dos contratos e está, evidentemente, também, aproximando os seus métodos e suas estimativas às condições de mercado. Esse processo de convergência, por exemplo, indica que de milhares, literalmente 1300 processos e indicações de... [soa a campainha] indicações de indícios de irregularidades no TCU, apenas 5% subsistem até a decisão final do Plenário; 95% desses problemas inicialmente levantados são entendidos no processo interno do TCU até a sua decisão de Plenário, onde somente 5% desses casos permanecem com indícios, ainda sujeitos a recursos para reavaliação. Portanto, isso mostra que há uma certa convergência ao longo do processo de análise desses indícios de aquecimento... Indícios de irregularidades, ao longo do processo, porque os auditores, muito corretamente, muito preocupados com defesa do patrimônio público, vão tentar apontar qualquer... Que eles imaginam ser qualquer irregularidade e, na medida que se tem o contraditório, na medida que vai se esclarecendo, ao longo do processo interno do TCU, o resultado final, apenas 5% dos casos iniciais, são considerados ainda com indício de irregularidades. Portanto, do nosso



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

ponto de vista, há uma discussão técnica ainda em andamento entre nós e o TCU e acreditamos que temos mais convergências do que divergências com esse tipo de situação.

No que se refere ao quarto item, que são os indícios de fraudes das licitações, das reformas de águas profundas, a operação chamada "Águas Profundas", eu queria, em primeiro lugar, manifestar a nossa imediata disposição de colaboração com a Polícia Federal e o Ministério Público no primeiro momento que nós fomos informados do problema. Nós participamos intensamente do início das operações de investigação, mantivemos, inclusive, sigilo interno sobre essa operação para não atrapalhar as investigações, em comum acordo com o Ministério Público e a Polícia Federal; tivemos intensa colaboração de nossa auditoria e nossa segurança empresarial com as autoridades que estavam fazendo as investigações. Uma vez identificado e tornado público a ação dessa operação, nós intensificamos nossas sindicâncias, punimos várias pessoas e tomamos todas as providências para recuperar e para impedir que aquela em funcionamento, uma determinada quadrilha que atuou sobre os nossos processos, não pudesse continuar. Então, houve, nesse caso, uma identificação clara de uma quadrilha que atuava, e essa quadrilha foi punida adequadamente com colaboração intensa entre a PETROBRAS, a Polícia Federal e o Ministério Público. E isso foi efetivado. Evidentemente, times alguns aprendizados e, com o nosso processo, de melhoria contínua de nosso processo, nós incorporamos algumas experiências para que novas quadrilhas, pelo menos – que ninguém poderia impedir que as quadrilhas existam –, mas que elas, pelo menos, não possam usar os mesmos artifícios que usaram neste caso. Portanto, nós tivemos toda a colaboração com o Ministério Público e com a Polícia Federal, a CGU e o TCU estão informados das ações e dos diversos procedimentos e, portanto, consideramos que a nossa colaboração com as autoridades e a enérgica ação que tivemos, ela é um passo importante na melhoria dos nossos processos de controle.

O quinto item é as chamadas supostas irregularidades nos contratos de construção de plataformas. Aqui, o que nós consideramos, que é uma questão importante, é uma questão muito relevante para a indústria. Uma grande parte de nossos contratos são feitos com licitações internacionais. Com licitações internacionais em moeda internacional pagas em real. Algumas dessas licitações internacionais, nós exigimos que o desembolso desse processo, em parte, seja feito no Brasil. Consequentemente, parte desses contratos são pagos ao fornecedor da PETROBRAS, em dólar. Ele recebe em dólar, nós pagamos em real equivalente a dólar, e ele, com esse real, paga a parte brasileira desses empreendimentos. Na medida em que há uma grande variação do câmbio, esses contratos podem ficar com um certo

desequilíbrio em determinado momento. O valor desses contratos em dólar é o mesmo, mas a capacidade desses contratos em dólar pagar o desembolso em real, às vezes, fica difícil. Isso pode criar uma situação de desequilíbrio econômico-financeiro que, se for previsível, deve ser antecipado – previsível no sentido de uma faixa de variação –, previsível, deve ser antecipado com o mecanismo de proteção que a empresa deve ter. Mas, se for um processo de mudança grande e imprevisível, isso pode levar a um desequilíbrio econômico-financeiro que nós temos que tratar como tal, fazendo, portanto, o reequilíbrio econômico-financeiro desse contrato. Essa discussão é uma discussão que está em andamento também com o TCU. O TCU tem avançado, e nossas divergências com o TCU têm-se reduzido. Nós temos várias etapas de discussão com o TCU. Num primeiro momento, o TCU achava que haveria uma vedação contratual para essa discussão de reequilíbrio. Nós convencemos o TCU que existe uma previsão legal do Código Civil de que desequilíbrio econômico-financeiro sobrepõe-se, portanto, ao contrato, e é necessário rediscutir o contrato. A segunda discussão com o TCU foi sobre a capacidade de previsibilidade dessa variação cambial. Nós mostramos que essa variação cambial, no momento que ocorreu, ela era relativamente imprevisível. Nenhum dos agentes e nenhum dos indicadores utilizados normalmente poderia antecipar a variação cambial que nós tivemos no período de 2004. A enorme variação cambial, portanto, provocou um desequilíbrio que precisava ser resolvido, e, agora, nós estamos discutindo com o TCU a questão da evitabilidade, se essa... Esse impacto sobre o contrato poderia ser evitado ou não, e é uma discussão técnica que vai continuar, e acreditamos que vamos chegar a um bom termo com o Tribunal de Contas.

Então, esses são os temas da CPI. Como é que a PETROBRAS decide suas questões? Porque a PETROBRAS é uma empresa que, hoje, tem 240 mil contratos. Duzentos e quarenta mil contratos é um volume de contrato gigantesco. Se esses contratos fossem feitos voluntariamente por cada um dos gerentes ou diretores da PETROBRAS, a PETROBRAS seria não o que é, seria um caos. Às vezes, um caos é excelente, mas, em geral, o caos é muito complicado, e principalmente na área empresarial, e principalmente numa área de uma empresa como a PETROBRAS, tem que ter estrutura, tem que ter regulamentação, tem que ter procedimentos, tem que ter decisões coletivas, porque, senão, não consegue-se obter resultados. Então, como é que nós nos organizamos? Primeiro, a companhia tem uma estrutura decisória importante. Existe um Conselho de Administração que se reúne todo mês, e esse Conselho de Administração funciona definindo estrategicamente e orientando as grandes questões. É claro que o Conselho de Administração não entra em discussões de contratos, nem é função dele dizer isso, mas ele aprova os planos gerais, ele aprova as grandes políticas, ele aprova as grandes estruturas e ele



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

aprova os grandes objetivos da companhia. Tem uma Diretoria Executiva, essa Diretoria Executiva se reúne toda semana, nós temos, durante o ano, a decisão entre 1500 e 1600 pontos de assuntos discutidos em 52 semanas. Portanto, nós trabalhamos aí com 40, 50 assuntos por semana de decisões pela Diretoria da PETROBRAS, que é uma Diretoria colegiada, onde todos são corresponsáveis pelas decisões. Os grandes projetos acima de 25 milhões de dólares, os grandes contratos acima de 25 milhões de dólares são todos eles aprovados coletivamente pela Diretoria. Não há decisão individual em relação a esses contratos. Essa Diretoria trabalha, portanto, com sua responsabilidade decisória, trabalha toda semana, nós nos encontramos todas as semanas, toda semana, toda quinta-feira nós nos reunimos das nove da manhã, em geral, até às 10, 11, 12, uma hora da manhã, portanto, 10, 12 horas de reunião para discutir os diversos temas da companhia. E para orientar e para estruturar as decisões e aprofundar as decisões da companhia, nós temos comitês de gestão. Então, nós temos comitês de gestão sobre refinarias, sobre logística, comitê de abastecimento, temos exploração e produção, gás e energia, Recursos Humanos, segurança e meio ambiente, análise e organização em gestão, tecnologia de informação, que é o nosso elemento chave, onde circula o sangue da companhia, os controles internos, avaliação de risco, tecnologia, responsabilidade social e ambiental, *marketing* e marca. São comitês coletivos, gerentes de primeira linha que se reúnem periodicamente para discutir esses assuntos aprofundadamente e integrar a carteira de projetos com as estratégias e objetivos.

Para isso, nós temos uma série de regras escritas. Não são regras orais nem cultura generalizada. São regras escritas. Evidentemente que a primeira das regras escritas que nós temos é o estatuto social da companhia. Então, nós temos o estatuto que regulamenta todo o funcionamento da companhia em termos das responsabilidades... Regulamenta todas as diversas estruturas da companhia.

Para fazer além da estrutura das caixinhas que nós temos, nós temos diretrizes e governança, que definem os princípios e funcionamentos e como é que esses órgãos se relacionam com as decisões de negócio. Nós temos esses conselhos também que fazem consultas a acionistas da companhia. Temos códigos de boas práticas, que definem as políticas corporativas referentes a alguns temas transversais à companhia, divulgação e controle de informações, negociações com as ações da companhia, indicação para cargos subsidiários, conduta dos administradores, relacionamento com investidores. Todos esses elementos são definidos em regras escritas, onde todos são comprometidos a cumprir. Temos os diferentes regimentos internos, temos um Código de Ética que define as

responsabilidades individuais dos indivíduos em relação aos valores da empresa e os valores fora da empresa. E temos um Código de Conduta concorrencial que define as nossas relações comerciais. Mas o mais importante, que eu queria chamar atenção dos senhores, são as decisões de projetos de investimento. A PETROBRAS tem, hoje, em andamento, mais de cinco mil projetos de investimento. Mais de 500 projetos de investimentos com mais de 25 milhões de dólares cada um deles. Como é que a gente gerencia esse conjunto de projetos? Tem projetos que são uma bela ideia de um engenheiro, ou de um Gerente, ou de um operário, ou de uma pessoa numa determinada área. Tem projetos que já estão com projeto detalhado, identificação e especificação de equipamentos, custos, valores, etc. definidos. Tem projetos com várias maturidades. O que eu queria chamar atenção é que todos esses grandes projetos, eles passam por, pelo menos, três etapas com quatro portões do processo decisório. O próximo, por favor.

A primeira etapa é uma iniciação de planejamento do projeto, a segunda etapa é a execução de projeto e a terceira etapa é o encerramento do projeto. Eu queria chamar atenção, porque nós temos aí Encerramento do Projeto. Na verdade, é aquilo que os Senadores gostariam muito, e que gostam muito, que é a inauguração do projeto. Quer dizer, o encerramento que nós estamos chamando aí é quando ele começa. Geralmente, os nossos políticos querem que o encerramento seja o mais perto possível do início do projeto. Então, porque é quando ele entra, de fato, em atividade.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: Não, ele já está pronto para começar, para operar, não é para ser feito. Então, a refinaria do Ceará, por exemplo, ela está na fase... Ferro 1, portão 1. Ele vai começar a operar quando encerrar o projeto, quando estiver pronto para operar, que é lá, adiante. Evidente que o Senador Inácio quer que a gente reduza esse tempo, e é muito justo que queira isso. Essa é a pressão que a gente recebe. Mas todos eles passarão por essas etapas. Então, a primeira etapa o que é? É a identificação da oportunidade. É quando você tem uma ideia: "Eu quero fazer um projeto tal, desse tipo tal". Não tem muito mais que uma ideia, você senta com algumas pessoas, define em linhas gerais o que vai fazer nesse projeto. Então, ele é submetido à análise, aí, e é submetido à análise coletiva nesse momento. Não há uma decisão individual de que eu tive uma brilhante ideia e, agora, vou fazer o projeto. Não é assim. Tem aquele portão 1, que diz que esse projeto pode ser detalhado. Nem todo projeto que está na fase 1 passa para a fase 2. Porque, às vezes, ele não tem coerência com a estratégia; às vezes ele é tecnologicamente muito difícil de ser desenvolvido; às vezes o uso de matéria-prima não é o mais adequado; às vezes o mercado está demasiadamente aquecido naquele momento; não vale a pena você tentar comparar aquele produto... Então, você tem uma necessidade de fazer aquela siglazine que nós estamos chamando ali de EVTE. EVTE é



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica. O Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica que faz você passar no portão 1. Então, isso exige investimento de pessoal, de técnica, de alguma investigação, mas não tem ainda nenhum contrato, não tem nenhuma licitação feita, não tem nenhum conhecimento do mercado.

A partir do projeto conceitual, que é quando ele entra nessa fase, nós vamos ao portão 2, e, no portão 2, nós estamos com o projeto já mais definido, onde nós temos a especificação geral dos equipamentos, nós temos uma avaliação geral do mercado, nós temos uma avaliação geral de qual é, de fato, o benefício que esse projeto pode trazer, de tal maneira que nós podemos chegar e caminhar para a fase 3 do projeto.

Na fase 3 do projeto, nós vamos fazer com o projeto básico. Com o projeto básico, nós podemos fazer as contratações, nós podemos abrir as licitações, nós podemos fazer os contratos, porque os fornecedores terão as especificações detalhadas, terão condições de saber o que propor. Nós saberemos, de fato, qual é o encadeamento e a sistemática que será adotada em cada um desses projetos. E você, portanto... É aí nesta fase que você vai a contrato. Você só entra a contrato, portanto, você só, realmente, tem uma relação com o mercado, nesta fase. Até esta fase, é um projeto que está na parancheta, antigamente, está nos computadores, está internamente na companhia. Somente quando ele entra na fase de projeto básico e vai à contratação, ele é o que resulta em contrato, de fato, com os fornecedores.

Uma vez feito o contrato, tem a fase de execução. E aí é a construção dos navios, é a construção das torres de destilação, é a construção dos gasodutos, plataformas, etc. Aí é a fase construtiva, que é essa fase 4, que uma vez pronto, entra em execução, ou seja, entra na vida normal da companhia e vai ser operado aí durante sua vida útil. Então, esse conjunto de decisões envolve centenas de técnicos. Centenas de técnicos estão envolvidos aí. Não há projeto decidido por pessoa individual. E nenhum projeto desse tem a mesma pessoa e a mesma equipe o tempo todo. Portanto, os projetos de investimento da companhia passam por um processo de avaliação coletiva, de responsabilização coletiva técnica, e a única maneira de você garantir, de fato, que os projetos sejam adequados e respondam às necessidades da companhia de produzir e fazer o que ela faz, que é essencialmente produzir combustíveis para a energia e para a mobilidade brasileira. Próximo, por favor.

Além disso, nós temos... Feita essa questão, nós temos a... O processo de contratação. Eu queria detalhar um pouco o processo de contratação porque nós temos alguns milhares de comissões de licitação em funcionamento. Nós estamos tendo... Cada Comissão de licitação envolve alguns técnicos da companhia. Essas comissões de

licitação são coletivas. Elas são responsáveis pelas suas decisões. Tem limites de competência para cada um. Então, nós identificamos, naquele projeto, quando nós aprovamos o projeto básico, nós aprovamos o projeto básico. Mas, às vezes, isso significa algumas centenas de contratos. Uma refinaria tem centenas de contratos. O projeto básico não é um contrato. O projeto básico é um projeto que tem centenas de contratações. Então, definida a contratação, nós, que precisamos contratar, então, precisamos contratar plataformas, precisamos contratar terraplanagem, precisamos contratar torres de destilação, precisamos contratar barcos de apoio, precisamos contratar metalurgia especial para recuperar tanques inadequados. Então, tem vários projetos que nós vamos decidir. Precisamos contratar. Então, nós vamos estimar quem é competente para fazer aquilo, os limites de competência, quem vai decidir a contratação, vamos enquadrar isso de acordo com o limite de competência, vamos solicitar autorização porque, para iniciar a contratação, alguém tem que autorizar. Não é a vontade do técnico que vai... Eu vou sair aqui para contratar A, B ou C. Não é assim. A autoridade responsável pelo limite de competência é quem dá a autorização. Então, os projetos acima de 25 milhões de dólares são os diretores em conjunto que dão autorização para a contratação, iniciar o processo de contratação. Então, o processo de contratação faz uma Comissão de Licitação, diversos órgãos da empresa estão representados nessa Comissão de Licitação e inicia-se o processo licitatório. Nós fazemos, no processo licitatório, uma... Grande parte do nosso processo licitatório são convites autorizados pelo Decreto 2745. Essa questão é uma questão polêmica, é uma questão que sempre dá dificuldade, mas isso nós estamos inteiramente autorizados pelo Decreto 2745. Vamos iniciar, também, internamente, e aí vamos criar internamente um grupo separado da Comissão de Licitação, que vai fazer sua própria avaliação do custo daquela licitação. Próximo.

Feito isso, nós recebemos as propostas. A Comissão analisa, classifica, desclassifica empresas, dá o prazo de recurso, vamos fazer uma negociação, se for o caso, não vamos fazer negociação, se não for o caso, emitimos um relatório de recomendação e submetemos de novo esse processo à autoridade competente, que é quem autorizou a contratação inicial. Aí a autoridade competente delibera. Vocês notem... Eu estou chamando atenção para isso para tirar a ideia de que na PETROBRAS as decisões são de algum gênio que senta e discute, decide o que fazer. Não é. É uma decisão coletiva, essencialmente coletiva, que envolve um conjunto de profissionais e de áreas, áreas diferentes, e que são corresponsável por isso. Próximo.

Além disso, nós temos vários componentes dessa decisão que são normatizados, são escritos. Nós temos uma sistemática corporativa de entrada e saída de projetos que são escritos, aquela análise de viabilidade técnica e econômica tem um manual de análise empresarial específico para fazer aquela análise, nós temos um boletim de análise



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

empresarial, nós temos uma sistemática para a aquisição de empresas e fusão de empresas, nós temos uma sistemática definida para a escolha de projetos de tecnologia. Nós definimos uma tecnologia nova de acompanhamento e de análise de investimentos sociais, que, inclusive, é uma contribuição internacional, de referência internacional, porque é uma sistemática que nós estamos na frente da maior parte das empresas do mundo. E temos, também, hoje, crescentemente, de forma normatizada, uma sistemática de patrocínios, convênios ambientais e vamos chegar aos patrocínios sociais para isso.

Além desse sistema, nós temos auditorias. A empresa é submetida a um conjunto de processo de auditoria permanente. Nós temos uma auditoria interna, temos um Conselho... No Conselho de Administração tem um Comitê de Auditoria que funciona só, exclusivamente, voltado para trabalhar com as questões de Auditoria interna. Nós temos uma Auditoria externa, contratada, que é a KPMG. Nós temos várias auditorias internas de vários setores e somos submetidos à fiscalização da CVM, da bolsa de valores americana e de vários analistas de mercado que, frequentemente, elaboram relatórios sobre a companhia. Além, evidentemente, do escrutínio, do TCU e da CGU. Próximo, por favor.

Para dar um exemplo, nos últimos dez anos, a auditoria interna da PETROBRAS fez 2486 inspeções de auditoria. Cerca de 250 auditorias por ano. A CGU fez 85 auditorias na PETROBRAS, nesse período, e o TCU, 413 auditorias, nesse ano. Se os senhores notarem, nos últimos... Nesse período, nesses dez anos. Nos últimos anos, o TCU e a CGU aumentaram intensamente as suas auditorias na companhia, o que reflete o interesse que esses órgãos estão tendo pelo crescimento da PETROBRAS, o que é uma coisa saudável, de presença maior desses órgãos nas auditorias da companhia.

Para viabilizar esse conjunto de processos, nós temos aumentado o pessoal dentro da companhia dedicado à auditoria interna. Próximo.

Enquanto que o efetivo de pessoal da PETROBRAS, e aí a PETROBRAS é apenas a controladora, a PETROBRAS *holding*, cresceu nesses dez anos, de 72%, a auditoria cresceu 173%. Então, nós crescemos na auditoria mais de duas vezes mais gente do que no crescimento total da companhia. Com isso, nós estamos demonstrando, também, a nossa preocupação de dar à nossa auditoria mais capacidade de auditar e de acompanhar. Por quê? Para nós, a auditoria não é um órgão de punição. Não é um órgão de punição. Ele é um órgão de aperfeiçoamento dos processos. Ele é um órgão de identificação de falhas e de melhoria dessa gestão e do controle. E uma empresa com a complexidade da PETROBRAS, precisa melhorar continuamente os seus processos e, portanto, fortalecer sua auditoria interna, é muito

importante para que se identifiquem eventuais desvios e eventuais inconformidades.

Por fim, eu queria mencionar um problema que é recorrente nas nossas relações com a Auditoria Externa do TCU e da CGU, principalmente com o TCU, que é a questão referente sobre qual regime legal nós estamos submetidos para fazer nossas licitações. Eu diria que mais de dois terços, talvez três quartos, dos problemas que nós temos com o TCU, dependem desse tema. E esse tema é muito importante porque, quando o Governo aprovou a Lei 9478 e a Lei 9478, de 1997, é a lei que acabou o monopólio estatal do petróleo e criou o regime de concessões, a chamada Lei de Petróleo. Esta lei exigia que a PETROBRAS tivesse uma atuação competitiva. Essa lei exigia que a PETROBRAS tivesse uma atuação de forma igual às outras empresas do setor. Desta maneira, esta lei, no seu artigo 67, disse que o Presidente da República iria determinar qual seria as regras, quais seriam as regras para a PETROBRAS fazer suas licitações, através de um decreto. O Presidente Fernando Henrique Cardoso fez esse decreto. Esse decreto é o Decreto 2745, e esse decreto, baseado na lei, no artigo 67, da Lei 9478, diz como é que a PETROBRAS deve se comportar nas suas licitações. E esse decreto, mais ainda, esse decreto, ele obriga a PETROBRAS a seguir esse decreto sob pena de estar descumprindo a lei, porque a lei remete a um decreto, e o decreto diz que tem essas regras. O TCU acha que o artigo é inconstitucional, portanto, o decreto é inconstitucional, e que nós devemos seguir a 8666, que é a Lei Geral de Licitações. O problema, portanto, não é que nós escolhemos o decreto para cumprir; o problema é que a lei nos impõe o decreto para cumprir. E, além do mais, a AGU, que é a Advocacia Geral da União, tem um parecer claro, dizendo que nós temos que cumprir o decreto, e esse parecer da AGU está assinado pelo Presidente da República e, portanto, é obrigatório que nós cumpramos esse decreto. Então, os senhores vejam a situação que nós estamos. Nós temos a AGU com autorização do Presidente da República nos obrigando a cumprir o 2745, e temos o TCU dizendo que nós não temos cumprido o 2745. É uma situação muito difícil para nós. E aí nós cumprimos o 2745, o TCU diz que nós temos que cumprir 8666. Quando a coisa chega ao limite, nós recorremos a quem tem que resolver essas questões que é o STF. E aí várias ações no STF, todas elas, até agora, que nós solicitamos o STF a se posicionar, o STF, o Supremo Tribunal Federal, se posicionou liminarmente, é claro, em nenhuma delas no mérito, dizendo que nós temos que cumprir o 2745, e não a 8666. Então, conseqüentemente, nós estamos precisando resolver esse problema, porque esse é um problema que dá origem a três quartos dos problemas que nós temos com o TCU, que exige que nós cumpramos o 8666 e nós temos que cumprir o 2745. Então, essa é a origem de grande parte dos problemas e, portanto, nós--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Gabrielli, você tem



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

ideia de quando foi a primeira liminar, nessa questão?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: A primeira liminar?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A primeira liminar... Foram 11 liminares concedidas: a primeira foi em 22 de março de 2006, Ministro Gilmar Mendes; a segunda foi em 21 de junho de 2006, Ministro Celso de Mello; a terceira, em 15 de fevereiro de 2007, Ministro Ricardo Lewandowski; a quarta, Ministra Ellen Grace, em 6 de julho de 2007; o quinto, o Ministro Eros Grau, em 3 de março de 2008; o Ministro Eros Grau em 21 de maio de 2008; depois, a sétima, Ministra Cármen Lúcia, em 1º de dezembro de 2008; depois, novamente, o Ministro Gilmar Mendes, em 19 de janeiro de 2009; depois, o Ministro Carlos Britto, em 27/01/09; e, depois, o Ministro Eros Grau, em 23 de setembro de 2009. Portanto, boa parte do Supremo já se manifestou, todos na mesma direção, sustentando a posição da PETROBRAS. Depois, quero voltar isso na menção breve do voto que eu acho que qualifica muito a discussão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Obrigado, Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas há uma jurisprudência... Acho que eles estão com a tática de "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura", mas está difícil, porque são muitas liminares sucessivas de muitos Ministros, todos na mesma direção, dando legalidade e legitimidade à ações da PETROBRAS, nessa matéria. Mas acho que é um tema que a CPI poderá ajudar a aprimorar.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: Eu vou terminar em menos de um minuto. Eu queria, apenas, por final, dizer que nós estamos inteiramente, como não poderíamos deixar de estar, e anunciamos isso desde o primeiro momento, à disposição da CPI para dar todos os esclarecimentos devidos e, como é público e notório, 1 milhão 922 mil pessoas já acessaram nosso *blog*. Nós somos um dos poucos veículos, hoje, que transmite ao vivo essa CPI, e estamos transmitindo ao vivo essa CPI nesse exato momento, porque nos interessa a máxima transparência e a máxima colaboração nossa com essa CPI. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Isso é o que se chama de democratização da mídia.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu queria... Nós temos... Nós temos dois senadores inscritos. Vou conceder pela ordem à V. Exa., na condição de--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria discutir

o assunto, pediria a palavra como líder, se possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Então, Senador Jefferson Praia e Senador Inácio Arruda. Deixa eu fazer... Ver se eu consulto--

SENADOR JEFFERSON PARAIA (PDT-AM): Serei breve, Sr. Presidente. Quero agradecer a exposição do Dr. Sérgio Gabrielli. Gostaria de, inicialmente, dizer algumas palavras. Acredito que esta CPI, ela nos deu oportunidade de aprofundarmos o nosso conhecimento dentro desse contexto de como funciona o mundo do petróleo, pelo menos do olhar em que a PETROBRAS faz o seu... O seu trabalho. Eu, inicialmente, quando falaram em CPI da PETROBRAS, eu não me senti muita vontade de vê-la acontecendo, até porque acreditava, e acredito, que as investigações quanto a possíveis irregularidades ainda estão acontecendo. E ainda estão... Ainda estão em andamento. Mas, Senador João Pedro, V. Exa. que preside esta comissão, e eu também, nós estamos percebendo que, ao longo desse tempo, nós conseguimos verificar muitos pontos importantes, que são fundamentais para que nós possamos ter um contexto melhor do mundo do petróleo, dentro aí do espaço, vamos colocar assim, do nosso país. E eu... Antes de fazer aqui duas observações que eu gostaria de ouvir o Dr. Gabrielli, agora, nós temos que ver um ponto importantíssimo. Não vai adiantar nós termos discutido tanta coisa aqui e, mais à frente, no ano que vem, 2011, estarmos ainda no debate sobre o que vale, é a lei... O Decreto, não é, 2745 ou é a Lei 8666? Continuarmos nesse impasse em 2011. Não adiantou nada esse trabalho ser feito. Portanto, eu acredito que nós temos que avançar no sentido de resolvermos essas questões. O problema é esse. Agora, gostaria de saber de V. Exa. como resolver isso. Qual é a ideia? A PETROBRAS tem uma visão sobre esse ponto? Um outro contexto, também, que envolve as leis do petróleo no Brasil, qual é a percepção da PETROBRAS dentro daquilo que nós podemos aprimorar? É claro que eu estou falando dentro do contexto que envolve esta CPI, então, dentro das observações que foram feitas, das licitações, das contratações, de tudo que provocou aqueles indícios de irregularidades, o que, na visão de V. Exa., precisa ser aprimorado. Isso é importante, Senador João Pedro, nós irmos nesses pontos. Por quê? Antes de encerrarmos essa CPI, nós vamos, é claro, ter um documento, e precisamos ter um acompanhamento pós-CPI, porque, senão, esse trabalho ficou todo jogado em alguma gaveta de algum lugar sem dar grandes resultados. E eu acredito que nós estamos tendo aqui uma oportunidade muito grande de discutirmos os assuntos, percebermos os pontos de divergência, por exemplo, quando a PETROBRAS atua de acordo com um decreto que estabelece as regras para o aproveitamento, para a produção do petróleo, e vem o Tribunal de Contas e diz: "Não, vocês tem que agir de acordo com a Lei 8666". Muito obrigado. Eram essas as palavras que eu gostaria nesse momento de dizer. Obrigado.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, V. Exa.... Deixa eu passar, em seguida, a palavra para o Senador Mercadante, V. Exa. comenta já as duas observações.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Primeiro, agradeço, Presidente, é a primeira vez que venho a esta CPI, não poderia deixar de estar presente hoje. Primeiro, para dizer, publicamente, que sinto a competência dessa gestão que deu um salto extraordinário na empresa e que vai deixar para a história do Brasil uma contribuição inestimável. Primeiro, eu só queria confirmar alguns dados para ter a segurança do que eu estou afirmando. O faturamento da PETROBRAS, hoje, é da ordem de 250 bilhões de reais? Queria que V. Exa.... É isso? 250 bilhões de reais/ano. Esse faturamento é aproximadamente 600% acima do que nós tínhamos em 2002?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: O número, não tenho certeza se é 600, mas é algumas vezes acima do que tínhamos em 2002. Muitas vezes acima de 2002. Não tenho certeza se é 600 ou 500.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A empresa paga, hoje, da ordem de 100 bilhões de reais/ano de impostos?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: 90 bilhões de reais.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós temos um programa de investimento de 174 bilhões de dólares para os próximos cinco anos?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: 174,4 bilhões de dólares para os próximos cinco anos, para, esse ano, deveremos estar investindo um pouco acima de 31 bilhões de dólares.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): 31 bilhões de dólares de investimento neste ano, de 2009. E a empresa tem uma carteira de empréstimo da ordem de 32 bilhões de dólares.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: Esse ano, nós captamos 32 bilhões de dólares já. A última captação foi uma captação de 4 bilhões de dólares, onde a oferta de recursos era de 12 bilhões de dólares para recursos de 10 anos e 30 anos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E nós temos aí, o setor de gás e petróleo representa aproximadamente 12% do PIB brasileiro?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: É, essa estimativa varia entre 10 e 12%, dependendo da fonte.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Olhando o

tamanho desses dados, uma empresa que, hoje, é a oitava empresa do mundo, eu me preocupava muito, no final do ano passado, quando surgiu a iniciativa de uma CPI sobre a PETROBRAS. A minha preocupação se centrava especialmente porque o mundo atravessava uma grave crise econômica. Os governos orientavam suas ações para defender suas empresas a ponto de a gente pegar na maior economia do mundo, o Governo americano desembolsa mais de 50 bilhões de dólares para o salvamento de uma empresa como a GM, uma empresa privada, trilhões de dólares para salvar instituições financeiras e, no Brasil, não só... Não foi necessário fazer isso, não houve aporte de dinheiro público para salvar qualquer banco ou qualquer empresa privada, mas, no entanto, nós colocávamos na pauta uma política de ataque à PETROBRAS, especialmente numa opção tributária que era uma questão técnica, que está, reconhecidamente, milhares de empresas utilizaram, exatamente porque a opção de regime de caixa ou competência era uma Medida Provisória de 2001 para amortecer um cenário de desvalorização cambial, que era exatamente o que estava acontecendo. Portanto, não poderia ser tratado como objeto de uma CPI, uma matéria que é de uma única empresa, quando milhares de empresas optaram por instrumento que a lei facultava, e, também, me preocupava muito dado a necessidade desse debate do marco regulatório do pré-sal, dos desafios do pré-sal, o que nós tínhamos pela frente. Inclusive, alguns questionamentos do tipo "a PETROBRAS está usando bancos públicos para se financiar no final do ano passado". Uma crise de liquidez monumental, o sistema financeiro internacional paralisado, e, evidentemente, os bancos públicos foram instrumento muito importante, e o Brasil saiu antes da crise. O BNDES, hoje, é maior que o Banco Mundial, e o Banco do Brasil empresta, hoje, no país mais do que todo o crédito que esse país tinha em 2003. O Banco do Brasil empresta... A carteira de crédito do Banco do Brasil, hoje, em 2009, é maior que todo o volume de crédito do Brasil em 2003. Então, os bancos públicos tiveram papel ativo de ajudar na solução da crise.

No entanto, eu acho que essa CPI trabalhou com muita responsabilidade. Acho que o Senado e os senadores que participaram dela foram muito responsáveis. Incluo nisso a oposição. Acho que a oposição atuou de uma forma responsável. O fato de não estarem, hoje, aqui e recorrerem ao Ministério Público é próprio da oposição em CPIs. Em geral se faz no final. Eles anteciparam. Mas, de qualquer forma, eu acho que contribui para um ambiente de serenidade, de tratamento, de responsabilidade com a empresa, e nós estamos numa eleição que se avizinha, não vai ser fácil para a oposição discutir a PETROBRAS do ponto de vista eleitoral, porque é evidente que ela deu um salto extraordinário, mudou a história do Brasil, mudou decididamente com as descobertas do pré-sal.

E quero concluir, Presidente, dizendo que eu vejo alguns temas que essa CPI poderia contribuir para aprimorar o processo institucional



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

da PETROBRAS e dos temas que nós estamos discutindo. Primeiro, apesar dos rigorosos mecanismos de controle interno da PETROBRAS, acho que nós poderíamos fazer um pente-fino para ver o que é que pode ser sugerido, porque, com esse volume de contrato, 240 mil contratos, pelo que eu entendi, um volume, um faturamento de 250 bilhões de reais, quer dizer, evidente que vai ter sempre problema. Então, nós precisamos aprimorar, em cima da experiência e da visibilidade que essa CPI traz, quais são os procedimentos de auditoria de controle interno para aprimorar a empresa.

A segunda sugestão que eu queria tratar, apesar da justificativa do Presidente Gabrielli que patrocínio está orientado fundamentalmente para a imagem da empresa, nós temos que ter algumas medidas de cautela na aplicação desses recursos para que esse objetivo seja mantido, mas que o destino final dos recursos seja assegurado. Como é que nós poderíamos tratar um pouco melhor, com mais rigor essa questão dos patrocínios, que eu acho que é uma área que merece aprimoramentos institucionais e medidas.

Finalmente, eu quero tratar desse tema que, para mim, é um tema central, que é o tema das licitações, a discussão jurídica e os procedimentos da PETROBRAS. Eu quero, se me permitir, Presidente, muito brevemente, ler dois parágrafos do parecer do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, sobre essa matéria. Ele diz o seguinte, isto no Mandado de Segurança 2588, a Medida Cautelar, em 22 de março de 2006, que é o que vai orientar muitos outros votos posteriores. Ele diz o seguinte: "Na hipótese prevista no art. 177, § 1, que relativizou o monopólio do petróleo, remete a lei a disciplina dessa forma especial de contratação". A Lei 9478/97, portanto, disciplina a matéria. E se é o art. 67, deixa explícito, entre aspas: "Os contratos", na lei, "os contratos celebrados pela PETROBRAS para aquisição de bens e serviços serão precedidos de procedimento licitatório simplificado a ser definido em Decreto do Presidente da República". Então, a lei do petróleo, que foi objeto, uma mudança constitucional, estabeleceu que a Legislação licitatória seria simplificada e feita por Decreto presidencial. Bom, "a matéria", ele continua, "a matéria está regulada no Decreto 2745, de 1998, o qual aprova o regulamento licitatório simplificado da PETROBRAS". Então, ele diz, era para fazer por Decreto, foi feito por Decreto, está legitimado o processo licitatório. "Assim", ele termina, "a submissão legal da PETROBRAS é um regime diferenciado de licitação. Parece estar justificado pelo fato de que, com a qurbra do monopólio do petróleo, trazido pela Emenda 95, Emenda Constitucional, a Emenda 9/95, a empresa passou a exercer atividade econômica de exploração de petróleo em regime de livre competição, com as empresas privadas concessionárias da

atividade, as quais”, frise-se, “não estão submetidas às regras rígidas de licitação e contratação da Lei 8666/93. Lembrando, sobre esse sentido, que a livre concorrência pressupõe a igualdade de condições entre aos concorrentes”. Ou seja, se você abriu o mercado, se ela tem concorrência com grandes empresas de mercado, ela tem que ter agilidade para poder concorrer no mercado, que é o principal setor da economia mundial há um século, e vai continuar sendo nos próximos anos. E ele termina: “Assim, a declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal de Contas da União, no art. 67, da Lei 9478/97, e do Decreto Presidencial 2745/98, obrigando a PETROBRAS, conseqüentemente, a cumprir as exigências da Lei 8666/93, parece estar em confronto com as normas constitucionais, mormente as que traduzem o princípio da legalidade, as que delimitam a competência do TCU, artigo 71, assim como aquelas que conformam o regime de exploração da atividade econômica do petróleo, art. 177”. Portanto, é claro, transparente, o posicionamento do Supremo, dando poderes à PETROBRAS para utilizar esse Decreto presidencial amparado numa lei, foi objeto de uma reforma constitucional, pelo princípio da isonomia na concorrência.

Agora, eu conversei sobre esse assunto com o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar. Acho que há disposição do Tribunal de Contas da União de construir um caminho que, realmente, elimine definitivamente esse obstáculo recorrente, um ruído institucional que não interessa à PETROBRAS nem ao Brasil. Então, eu vejo que essa CPI, o Ministro Romero Jucá com sua competência, sua vivência, o Presidente João Pedro, com o trabalho, eu diria, competente, que está conduzindo essa CPI, porque as denúncias que estão aqui apresentadas, que algumas foram aprofundadas pela CPI, todas serão investigadas pelo Ministério Público, como sempre é feito, pela Polícia Federal, Tribunal de Contas, CGU. A CPI ajuda a avançar, mas o fundamental é a prevenção, é o aprimoramento, é o salto de qualidade. Eu acho que esse é um debate importante. Evidentemente, espero que a oposição participe dessa discussão de aprimoramento institucional do país e contribua decididamente. Por isso, acho muito procedente a pergunta do Senador Jefferson, e gostaria de ouvir com mais profundidade a visão que o Presidente Gabrielli tem de como nós poderemos avançar nesta matéria e superarmos aquilo que tem legalidade, tem amparo do Supremo, são 10 decisões do Supremo na mesma direção. É claríssimo o parecer do Presidente do Supremo Ministro Gilmar Mendes, e eu acho, no entanto, que nós precisamos de um aprimoramento institucional. O Presidente do TCU tem sugestões a oferecer. Acho que deveriam, inclusive, procurar o relator ou o Presidente, poderíamos procurá-lo para dialogar um pouco nesse sentido, antes da conclusão dos trabalhos da CPI que, seguramente, terá que enfrentar essa matéria. Agradeço a atenção e com a certeza que foi muito importante. Só espero poder discutir os temas mais importantes da PETROBRAS, que eu acho que é uma outra agenda. É a



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

agenda do pré-sal, do marco regulatório, desse cronograma de investimentos, distribuição de importações, modernização do país, as refinarias, o ritmo das obras... Quer dizer, esse é o Brasil que nós precisamos cuidar com muito carinho. Mas essa pauta vai ajudar que isso aconteça no futuro com mais agilidade, mais eficiência e mais segurança.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Senador Mercadante. Antes de passar para o Presidente da PETROBRAS, eu proponho a dispensa da leitura da Ata da 11ª reunião. Submeto à votação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): De acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Passo, em seguida, a palavra ao Presidente José Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: O Exmo. Senador Jefferson Praia levanta dois pontos muito importantes. Como é que nós visualizamos a solução do conflito 2745 e 8666? Eu vejo três caminhos, três caminhos com consequências diferentes em cada um desses caminhos. Um caminho é não fazer nada e esperar que o STF decida, no mérito, as questões que estão em andamento. São 11 ações no Supremo Tribunal Federal, que estão todas as 11 liminarmente definidas favoravelmente à continuidade da aplicação da 2745, mas não tem uma decisão, ainda, no mérito. Portanto, não tem como evitar que isso continue acontecendo. Esse é um caminho que é um caminho do confronto, digamos assim, numa solução legal pelo STF.

Um outro caminho é o caminho que o Senador Mercadante mencionou, que é o Congresso Nacional dirimir essa dúvida aprovando, portanto, uma lei que regule estes termos do 2745 e evite, portanto, o argumento que o TCU tem de que não pode ser por decreto, teria que ser por lei. Então, é outro caminho, é o Congresso Nacional aprovar esse tipo de situação.

E o outro é o TCU, internamente, mudar sua percepção e adotar um procedimento que reconsidere a posição que o TCU tem de considerar que o que vale é a 8666, e não o 2745. Então, são três caminhos que eu vejo. Porque nós não podemos alterar, não temos competência de alterar nada. Nós somos objetos da situação, não somos sujeitos dessa situação.

O Senador Jefferson Praia também menciona que tipo de aprimoramento nós poderíamos ter no processo Legislativo, no processo regulatório que pudesse melhorar os controles? Eu acho que algumas

mudanças, particularmente na questão de especificação mais clara da responsabilidade das prestações de contas dos patrocínios, com recursos públicos, poderíamos avançar, e eu acho que aí precisa tornar-se mais claro as responsabilizações, os processos, como é que se faz a prestação de contas. Eu não acho que o responsável pela prestação de contas deve ser o patrocinador, porque, na verdade, o recurso não é dele, o recurso é da União. Portanto, tem que avançar, do ponto de vista da União, os mecanismos de controle e acompanhamento desses projetos de patrocínio. Esse é um caminho. Acho que, na área de licitações, se resolver esse conflito 2745 e 8666, nós estamos avançando muito. Internamente, na PETROBRAS, eu acho que nós podemos melhorar os nossos processos de auditoria internas, nós podemos qualificar melhor nossas equipes de licitação, nós podemos aprofundar mais ainda a separação de funções de tal maneira que não permita que quem autoriza seja quem executa, e que tenha sempre uma diferença para permitir que a gente tenha capacidade de diferenciar os interesses entre os diversos órgãos, que a gente intensifique mais ainda a nossa capacidade de rastreabilidade das decisões, que a responsabilização da geração de informações, além de atender os requisitos da legislação americana, que nós atendemos inteiramente, possamos avançar, também, em formulação de processos internos que visem a isso. Portanto, tem também um conjunto de coisas que não são... São infralegislativos, mas que são possíveis e que nós fazemos internamente na companhia. Eu acho que é possível isso. E quanto aos comentários do Senador Aloizio, eu queria lembrar ao senador que, na época da crise, as empresas brasileiras, em particular a PETROBRAS, não somente... Não tivemos necessidade de ter apoio para sobreviver dos recursos públicos, como nós avançamos no investimento. Em janeiro desse ano, nós aumentamos nossos investimentos, quando o mundo inteiro estava se recuando. Quando nós anunciamos um aumento de 35% no nosso investimento, foi uma surpresa internacional. E, naquele momento, criou-se um choque, porque a PETROBRAS, que era uma grande empresa, que, hoje, é a segunda maior empresa de petróleo, é a segunda maior, nós só perdemos para a Exxon, das empresas de petróleo que tem ações em bolsa. Nós somos maiores do que a Shell, somos maiores do que a BP, somos maiores do que a Total, somos maiores do que a Eni, somos maiores do que todas as outras. Só perdemos para a Exxon.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Qual era a posição da PETROBRAS em 2002, nesse *ranking* das petrolíferas?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: Em 2002, nós tínhamos um valor de mercado de 14 bilhões de dólares. Hoje, a PETROBRAS vale 208 bilhões de dólares.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está explicado muita coisa do que aconteceu hoje aqui.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tem gente na fila para comparar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, meu caro relator, Presidente Gabrielli. Eu tenho, assim, uma ideia de que fracassou a tentativa de transformar as denúncias que foram feitas em relação à PETROBRAS em um palco de aproveitamento político. Digamos assim, contra o Governo. Isso fracassou. Mas, viabilizou um outro lado, que eu acho que é o lado da tranquilidade, da segurança dos funcionários da PETROBRAS que estiveram aqui, em várias oitivas, em vários depoimentos, e mesmo das empresas prestadoras de serviços que vieram aqui, também, e apresentaram informações técnicas que ficaram incontestáveis pela oposição, que participou até aí, quando os argumentos se ausentaram. Não tinha mais como contestar. E a única alternativa foi, praticamente, a retirada da oposição, que acho que prestou esse grande serviço ao final, pela sua teimosia, cumprindo seu papel de oposição, permitiu que a PETROBRAS desse esclarecimento do seu funcionamento. Talvez, poucos brasileiros saibam de como funciona internamente a PETROBRAS, para viabilizar projetos, investimentos... E mesmo na área dos patrocínios, porque, hoje, para entrar nos patrocínios da PETROBRAS, mesmo nos patrocínios, você tem editais, tem uma série... Na verdade, tem uma disputa enorme pelos recursos, o que obrigou a PETROBRAS a aprimorar os mecanismos, garantindo os editais para patrocínios. Talvez nem... Normalmente, as empresas do setor privado, praticamente, não utilizam esse mecanismo de fazer um edital, estabelecer uma concorrência. Praticamente, nós assistimos as empresas decidirem a quem deve patrocinar e ponto final. [interrupção no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Isso é a força do Congresso. Do PCdoB.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O Congresso, o PC do B está repercutindo muito aí. Então, acho que nós tivemos essa oportunidade, Gabrielli. Acho que facilitou. E a CPI foi se tornando tranquila, porque ela mostrou essa competência. Não, vamos ouvir a todos, trazemos aqui as pessoas, pedimos as informações... Uma ação muito grande da PETROBRAS no sentido de permitir e de tratar com os órgãos de fiscalização externos. Acho que isso é muito positivo. As tratativas do TCU com a PETROBRAS, intensamente, claro, a PETROBRAS tem determinação legal. Lei e decreto. O Supremo, até agora, em sete Ministros, não tem dúvida sobre esse tema. Se fosse votar, e levando em conta as decisões nas liminares, então, não teria dúvida de que a PETROBRAS é obrigada a trabalhar nos termos do decreto que remete à lei. Então, você não pode descumprir o decreto.

Acho que a AGU já tomou essa deliberação muito ajustadamente. E o TCU poderá fazê-lo a partir da deliberação dessa CPI. Acho que nós podemos concluir a CPI com grande êxito, resolvendo esse obstáculo, porque, a toda hora, se remete a ele, que acho que cria um desgaste para a PETROBRAS e cria um desgaste para o TCU, porque cada argumentação, às vezes, do TCU é interpretada fora das instâncias do TCU como se fosse uma irregularidade absurda que a PETROBRAS estivesse cometendo, quando, na verdade, ela está cumprindo uma outra determinação legal, que é a lei e o decreto. Mas, ao fazer uma interpretação diferente, o TCU apresenta aquela interpretação como irregularidade. Isso vira uma denúncia que termina em CPI ou pedido de CPI, etc. Acho que nós devemos... E o Senador Romero Jucá tem condições absolutas de oferecer uma proposta que resolva esse problema, essa pendência que restou para a PETROBRAS em relação ao TCU. Ela está obrigada por um lado e é questionada por outro. Acho que isso foi muito significativo.

Por último, acho que nós temos que... Talvez, uma das questões centrais que se examinava era essa situação favorável que o País passou a viver. E isso não... Que, às vezes, as pessoas pensam que o Lula tem sorte, é um povo de sorte... Não, é porque tem que tomar decisões diferentes no Brasil. E foi muito difícil para os setores mais conservadores da política brasileira, que governaram durante muitos e muitos anos, que sempre consideraram que o Brasil tinha que viver uma situação quase que de subalternidade em relação às grandes economias mundiais, que só lá tinha competência, e mostrou-se o contrário. É que a PETROBRAS mostrou competência tecnológica, científica, e isso permitiu ela dar muitos saltos, visíveis no mundo inteiro, inclusive de gestão e ação. É uma empresa com grande capacidade. E essa sua capacidade, ao invés de serem relegadas nesta nova oportunidade que o Brasil teve com o Governo, mais no campo popular e democrático, ela foi absorvida como sendo uma empresa com grandes condições de ajudar o desenvolvimento do Brasil. Esse que é um problema de, digamos assim, de separação da água e do vinho, ou do óleo com a água. Então, nós fizemos essa separação muito importante. A PETROBRAS passou a ser uma empresa significativa para o Brasil e capaz de ajudar um processo de desenvolvimento que levou a isso, que se chama na economia, de política anticíclica. Então, um dos mais importantes instrumentos de política anticíclica é a PETROBRAS, porque é a maior investidora do Programa de Aceleração do Crescimento. É aqui que estava o problema. Uma espécie de questionamento permanente da PETROBRAS, não pelas denúncias de irregularidades apresentadas pelo Tribunal de Contas da União, mas pelo papel importantíssimo que ela joga no desenvolvimento do Brasil. É aqui que estava um questionamento grande. Se tivessem privatizado a PETROBRAS, não podia jogar esse papel. Só que, lamentavelmente, não deu tempo. E, não dando tempo, a PETROBRAS joga um outro



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

grande papel no Brasil, digamos assim, quase que igual ao papel do seu nascedouro. Ela vai jogando esse papel, e com o pré-sal, então, o potencial de jogar um papel ainda maior. A PETROBRAS está se discutindo, agora, mudanças climáticas, controle de emissões de carbono, energia limpa, e a PETROBRAS, que atua como produto que é considerado, então, um dos grandes poluidores da humanidade, que são os hidrocarbonetos em geral, especialmente o petróleo, a PETROBRAS é responsável pela viabilização, talvez, do maior programa, digamos assim, de biocombustíveis do mundo, que é, exatamente, ter viabilizado 25% de etanol na gasolina. Qual é o país do mundo que tem essa quantidade de álcool na sua gasolina? Qual é o país do mundo que tem a tecnologia capaz de permitir que seus automóveis abasteçam 100% com álcool? Quer dizer, isso só se viabilizou porque você tinha uma empresa capaz de sustentar um programa desse porte. Acho que isso tem muito significado. E atua, hoje, diretamente com o programa de biocombustíveis e biodiesel no Brasil. Acho que são muito significativos. Nosso Estado tem a felicidade de ter uma usina da PETROBRAS lá, no Estado do Ceará, que é muito importante para o Brasil e para a nossa região, e para o setor primário de produção de oleaginosas no nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, que com muita competência conduziu até aqui os trabalhos da nossa CPI, eu considero que foi uma oportunidade a CPI. Não cumpriu os objetivos da oposição. Eu lamento, que não tinha como sustentar as posições da oposição. Mas, cumpriu um outro grande papel, que foi dar conhecimento ao povo brasileiro. Eu espero que os jornais da imprensa brasileira, todos muito abertos, democráticos e com decisões de pautas, também, sempre nesse sentido, possam refletir esse sentimento da Comissão Parlamentar de Inquérito da PETROBRAS, de que ela permitiu que a gente conhecesse mais a PETROBRAS, esse potencial de investimentos. Eu não sei qual foi a alteração, mas me parece que, em investimentos, o crescimento foi gigantesco da PETROBRAS. Deve beirar a diferença entre... Tem gente que não gosta de fazer essa comparação, negócio de 2002, que não sei por que. Mas essa comparação com 2002, parece que o crescimento foi ainda maior que 600% na área de investimentos. Não sei, mas o Presidente Gabrielli poderia, pelo menos, informar a gente aí desse dado aí, que eu acho que tem algum significado. O papel significativo que joga essa companhia para o Brasil, e pode jogar ainda mais.

Eu acho, Sr. Presidente, que eram essas questões que queria levantar para ressaltar o papel da companhia. Nós tivemos mesmo, Gabrielli, esse receio no início, de que a gente poderia atrapalhar os investimentos, poderia complicar a vida da PETROBRAS, mas acho que se agiu com tanta capacidade, com tanta competência, também na

política, que o resultado foi positivo para o Brasil. Essa investigação terminou e resultou positiva para o nosso País. Acho que o resultado final é benfazejo para a nação brasileira. Agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Senador Inácio. Com a palavra o Presidente José Gabrielli--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente. Se fosse possível, eu gostaria... Porque eu tenho algumas observações a fazer, então, se possível, eu ser incluída, porque aí economizaríamos...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V. Exa., para mim, é a primeira. Mas tem que pedir... Para o Senador Gim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ah, tem o Senador Gim. Podemos inverter?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Podemos inverter sim, líder. Por favor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço. Eu queria--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Ninguém resiste aos cachos de V. Exa..

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço, em primeiro lugar, ao Presidente, e queria dizer ao Presidente da nossa PETROBRAS, Dr. Sérgio Gabrielli, que nós já tivemos sessões desta CPI com uma presença mais diversificada. E, também, até com uma presença, eu diria, até da própria imprensa, mais ostensiva. Hoje, nós não... Está uma paz aqui. Me chegou aqui um bilhete que a oposição deu entrevista coletiva, dizendo que está protocolando 18 representações no Ministério Público. Ou seja, as questões que foram aqui--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pensei que era no STF, porque ia ser mais uma liminar a favor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ministério Público. E, pelo que nos chegou aqui, eles estão colocando que esta será uma CPI paralela, essas 18 representações no Ministério Público.

Eu queria aqui observar que, talvez, a iniciativa de criar a CPI, que, como o Senador Inácio Arruda disse, preocupou a todos nós, porque, no momento quando ela foi instalada, nós estávamos ainda tentando encontrar a melhor saída para a crise, a superação, não tínhamos a dimensão exata da consequência, e todos nós tínhamos a clareza e a convicção de que a PETROBRAS era a nossa mola propulsora, era a nossa grande empresa de alavancagem do desenvolvimento, do enfrentamento da crise, era algo precioso que nós não tínhamos absolutamente o direito de colocar sob qualquer situação



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

constrangedora, num momento tão delicado. E a CPI se desenvolveu, estamos aí, saímos da crise... E fica interessante de que não estejam aqui, estejam dando entrevista coletiva no mesmo horário, discursando no Plenário e apresentando representações no Ministério Público. Porque na exposição... Não sei se ficou bem claro, mas assim, eu queria destacar, porque a PETROBRAS tem uma auditoria interna que cresceu de forma significativa o número de auditores, 173% de 2000 até 2009. A PETROBRAS tem uma auditoria externa, uma das quatro principais empresas de auditoria do mundo, a KPMG. Por ter ações na Bolsa, está sujeita à Comissão de Valores Mobiliários, aqui, no Brasil, e o equivalente nos Estados Unidos. Por ter ações na bolsa, está monitorada pela Bolsas de Valores de São Paulo, de Nova York, de Madri, da Argentina. Tem o Tribunal de Contas da União, tem a Controladoria-Geral da União, tem uma CPI em andamento, e ainda precisa de uma paralela?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Polícia Federal.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E tem Polícia Federal, "Águas Profundas" e tal. Então, Presidente, eu fico assim, perguntando se os reais motivos de terem feito a proposição e a instalação da CPI e de, agora, estarem se retirando, não tem uma situação política, eleitoral muito clara. Talvez tentassem, na época, criar o constrangimento, não podendo, porque tudo aqui foi explicitado, foi colocado, então, se retiram. Mas, tem algo que eu não sei como é que está esta situação do debate, do papel da PETROBRAS e do significado desta descoberta que a PETROBRAS fez, do pré-sal, o que é que isso vai significar para o novo Brasil e a nova possibilidade que o povo brasileiro tem, como já teve quando criou a PETROBRAS e, agora, neste novo momento que a empresa vive. Eu não sei o que está acontecendo nos outros Estados. Eu quero apenas relatar o que está acontecendo no meu, em Santa Catarina. Nós temos já definido, definido um investimento de mais de 1 bilhão de dólares no município de Biguaçu para a construção de plataformas. E a semana agora que passou, tem outro grupo empresarial que está estudando com grande possibilidade de instalar outro investimento de construção de plataformas em Ibituba, num montante de 1 bilhão e 200 milhões de dólares. Então, só com estes dois empreendimentos, Santa Catarina tem um potencial de gerar mais de 12 mil empregos diretos e dois investimentos que, somados, vão beirar os 2 bilhões e 200 milhões de dólares. Isto sem contar que a indústria de Santa Catarina tem um grande potencial de fornecimento para toda esta alavancagem. Então, eu fico até pensando de que a retirada também fica difícil num momento como este, político, para candidaturas que, com grande possibilidade, talvez venham do

Estado de São Paulo, tenham aí... Aonde a descoberta do pré-sal... E nós estamos muito reivindicando que seja retomado lá, a unidade de produção de Santa Catarina, de Itajaí, porque a de Santos está bombando, Presidente. Todas as reportagens são de uma mudança de toda a configuração do Estado de São Paulo. Então, acho que está muito difícil, entende, permanecer... Como é que eu vou me explicar lá em casa, que eu quero criar dificuldades para a PETROBRAS? No momento aonde todos nós, o Brasil como um todo, o povo brasileiro como um todo, todos os Estados estão com uma perspectiva de ouro, preciosa, que nós não temos o direito nem de perturbar nem de criar qualquer dificuldade.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Isso é porque ninguém mexeu no pré-sal do Ceará ainda.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ainda não mexeu no pré-sal do Ceará, não é, Inácio? Mas nós queremos uma divisão de *royalties*. O Senador Paulo Duque já veio aqui para tentar... Mas nós queremos uma divisão um pouco mais adequada dos *royalties*. Eu estou tendo até a ousadia, Presidente, de não só querer uma divisão melhor, mas umas linhas melhores. Porque aquelas linhas lá, que pega o Estado do Rio e faz assim, o Estado do Paraná faz assim, e Santa Catarina fica fora... A gente está até com uma proposta, também, de não só mexer na divisão melhor, mais equânime dos *royalties*, mas também das própria linhas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos aproveitar os 40 anos da geologia.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isto. Para gente poder--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Para gente fazer todas as linhas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, era isso, Presidente, apenas queria tecer estes comentários e dizer que a PETROBRAS orgulha o povo brasileiro. Orgulha o Brasil, orgulha o nosso país, e ela é, e não tenho a menor dúvida, esta perspectiva de dias melhores para o povo brasileiro. Então, nós temos a obrigação de fiscalizar, sim, temos a obrigação de aproveitar o resultado da CPI para dirimir estas dúvidas, entende, da Legislação que está em vigor, que eu não tenho a menor dúvida que é o decreto, para a gente poder evitar tanta controvérsia no Tribunal de Contas da União, aprimorar os mecanismos, apesar de tantos, mas aprimorar os mecanismos. Porque, com todos eles, teve uma situação da Polícia Federal que descobriu quadrilhas atuando. Até porque bandido não se aproxima de lugar onde não tem dinheiro, se aproxima onde tem. E na PETROBRAS tem muito dinheiro, não é Presidente? Então, obviamente, temos que ter toda uma preocupação. Mas acho que o comportamento da oposição, no dia de hoje, tenha... Eu não tenho a menor dúvida, tem as explicações claras



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

da implicação que tem, no momento como este, de a gente fazer qualquer tipo de questionamento, quer dizer, explicar nos seus Estados, não é algo simples nem fácil. Eu brinquei aqui, outro dia, com o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior de que, na época que estavam tentando transformar em Petrobrax, que tinha plataforma afundando, que tinha perspectiva de privatizar, talvez era mais fácil ser oposição. Hoje, com a PETROBRAS neste desenvolvimento, neste trabalho e no potencial, fica, realmente, mais difícil. Então, era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Senadora Ideli. Vamos ouvir o Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente João Pedro, Senador Romero Jucá, nosso Presidente Gabrielli. Para dizer que fiquei muito feliz, Presidente José Sérgio Gabrielli, com a sua explanação, fiquei muito feliz mesmo, porque a gente tem... Eu, da mesma forma que os outros que me antecederam, lutamos muito para não existir essa CPI. Quando foi instalada essa CPI, era motivo de preocupação de todos nós porque vinha essas denúncias de "Águas Profundas", vinha problemas do Tribunal de Contas... E vinha uma série de outras complicações. Nós temos a construção da refinaria Abreu de Lima, problema de patrocínio... E todos nós ficamos muito preocupados. Eu fiquei muito preocupado. Por quê? Porque, desde criança, eu aprendi que o nosso orgulho, o orgulho nacional de empresas é a PETROBRAS. A PETROBRAS que deu provas sobre a sua gestão, uma empresa que valia 14 bilhões de dólares, há poucos anos atrás, sete anos atrás, menos de sete anos, hoje, vale 208 bilhões de dólares. Quer dizer, uma empresa auditada no Brasil, no exterior, no mundo inteiro, todo mundo fazendo investimento, todo mundo comparando ações, o mundo todo querendo aplicar na PETROBRAS. Foi dito, agora, essa última semana, em Londres, por vários jornais, esses jornais econômicos, o mundo todo quer investir, hoje, no Brasil. É o primeiro país que está saindo da crise, aonde todos os outros investidores, de todo o mundo, vêm investir aqui. Qual a empresa carro-chefe disso? A PETROBRAS. Nós devemos muito a vocês da PETROBRAS, à sua Diretoria, uma vez por semana... O senhor disse aqui que uma vez por semana se reúne de manhã e vai até de madrugada, normalmente, até de madrugada para discutir os investimentos dessa empresa. Eu acho que esse é o modelo que todas as outras empresas do Brasil deveriam seguir, porque é modelo que vem dando certo. Uma empresa que tem 240 mil contratos, aonde são todos eles muito bem geridos, tendo em vista que eu tive aqui nas oitivas, aonde o Ministério Público Federal, aonde os delegados da Polícia Federal disseram o que o senhor disse. Disseram que todas as vezes que precisam da PETROBRAS ajudar nas investigações, a primeira

que abre as portas que diz que está tudo à disposição é a PETROBRAS. Então, isso nos dá tranquilidade acima de todas as denúncias que viriam de uma forma muito violenta pela forma como foi colocada. Mas que, agora, sob a luz do sol, se transformaram em água. Por quê? Porque a PETROBRAS mostrou que, realmente, é uma empresa lucrativa, uma empresa que paga 90 bilhões – muito bem administrada, porque paga 90 bilhões por ano de impostos, somente de impostos. Imagina a quantidade de hospitais, de escolas, de tudo que se vive em função dos impostos pagos pela maior empresa do país. Uma empresa que, em andamento, tem mais de 500 projetos. Uma empresa que eu quero dizer à V. Exa. que é motivo de orgulho para todos nós.

O que eu queria lhe dizer mais, e aí já é para o Presidente João Pedro e para o nosso Senador Romero Jucá, é que o fechamento desse nosso relatório, Senador Jucá, que faça a sugestão, um caderno de obrigações ou de sugestões para o Tribunal de Contas, no mesmo molde quando o Tribunal de Contas da União já fez com os 'Ss' do Brasil. Esse Sistema S Brasileiro não é regido por essas leis, pela 8666. Por quê? Porque você não pode tirar competitividade da PETROBRAS. Não sei se é com Decreto. Se não for Decreto, vamos transformar em leis. Mas isso é um negócio que vamos ter que enfrentar agora nessa sugestão do relatório final dessa CPI. Por quê? Para gente dar o formato ideal que a PETROBRAS possa continuar trabalhando, fazendo esse bom trabalho que o senhor, Presidente, e toda sua Diretoria vêm fazendo. Porque o senhor sempre afirmou, um colegiado que está lá lutando e todo mundo lutando para fazer uma grande empresa e estão construindo, não sei se é a maior do hemisfério sul, mas deve ser das maiores, uma empresa desse tamanho, que é a segunda maior do mundo, segunda maior petroleira do mundo a nível de ações da bolsa. Quer dizer, ganhamos de todos esses gigantes que a gente é acostumado a ver como gigantes, hoje, o gigante no mundo é a empresa administrada por brasileiros, empresa brasileira. Mas temos que enfrentar esse problema do Tribunal de Contas, Romero Jucá. Eu acho que é a sugestão desse relatório de colocar qual o melhor formato, o que tem que ser feito, não podemos tirar a competitividade e nem podemos ficar toda hora tendo que responder ao Supremo Tribunal. Claro que ganhamos, como colocou bem o Senador Aloizio Mercadante, mas dá um formato definitivo para dar tranquilidade para o senhor continuar sua gestão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Senador Gim. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, de São Paulo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador João Pedro, Senador Relator Romero Jucá, prezado José Sérgio Gabrielli, Presidente da PETROBRAS. Quero saudar o nosso colega no Senado, ex-líder da minha bancada aqui, e que o precedeu na Presidência da PETROBRAS, José Eduardo Dutra, e gostaria, Presidente



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

Gabrielli, de cumprimentá-lo pela sua disposição, bem como de todos os diretores da PETROBRAS que aqui estiveram de colocar-se inteiramente à disposição do Senado, desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e trazer com toda transparência possível as informações das mais completas sobre a administração desta extraordinária empresa. E apenas gostaria de, aqui, expressar a minha convicção de que estes resultados tão promissores das atividades da PETROBRAS podem deslumbrar para todos nós, hoje, 192 milhões de brasileiros – em breve, seremos 200 milhões – que os esforços da PETROBRAS significarão um salto de qualidade de vida e de maior realização de justiça, de um maior grau de solidariedade para todos nós brasileiros. Meus cumprimentos, portanto, à PETROBRAS e ao senhor como Presidente José Gabrielli... José Sérgio Gabrielli, da PETROBRAS. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra o Senador Paulo Duque, do Rio de Janeiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente, Srs. Relatores... Sr. Presidente da PETROBRAS. Eu não sou um dos mais assíduos integrantes desta comissão. O Presidente sabe disso, e o Presidente da CPI também sabe disso. E avisei antes pelas minhas implicações com as outras comissões que pertencço. Não é que essa não seja importante, essa é importantíssima. Mas, como é muito difícil falar com o Presidente da PETROBRAS, muito difícil, aproveitar o momento que ele está aqui e para, pelo menos, ter essa oportunidade de fazer algumas indagações. Porque a história do Brasil toda se desenrola no Rio de Janeiro. Essa que é a verdade. Sempre foi assim. E há até um diálogo muito interessante entre o Senador Afonso Arinos e o antigo Deputado Leonel Brizola, na constituinte, sobre isso, em que o Brizola, ele contestou essa afirmativa dele que a história do Brasil se escreveu no Rio de Janeiro, mas a verdade é essa. E, embora tenha se descoberto, inicialmente, na Bahia, o petróleo, na verdade, o petróleo afluiu mesmo foi no Rio; essa é que é a verdade. E, há pouco tempo, há poucos anos, o Governador Paulo Maluf, em São Paulo, teve a ideia de criar uma empresa estadual petrolífera, "Paulipetro", eu não me lembro bem o nome, ele teve uma intuição que, em São Paulo, haveria também de ser descoberto o óleo. Não sei como está lá, mas Santos pertence a São Paulo. E sabemos todos que foi... Que há uma descoberta grande lá em Santos, do petróleo. De maneira que, divagando hoje, estou sabendo que, para a tristeza nossa, alguns senadores já não estão mais aqui. Não é verdade? Tristeza nossa. Mas, aproveitando a presença, aqui, do nosso Presidente, o senhor é o 34º, ou quinto ou sexto Presidente da PETROBRAS? Minha pergunta inicial. Porque o primeiro foi

Juraci Magalhães.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Estou perguntando aqui. Talvez o antigo Presidente saiba.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu sei que o primeiro foi Juraci Magalhães. Agora...

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: Eu sou o primeiro nascido na Bahia.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Nascido na Bahia? Acho que não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA: O Juraci era... O Juraci era cearense.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Cearense, mas fez toda a política dele e a vida dele na Bahia. Mas de qualquer forma, foi pelo menos uns 30 Presidentes da PETROBRAS. O Dutra foi, o Senador aqui, e V. Exa. o sucedeu, não é isso? E teve a sorte de, exatamente nessa gestão, a PETROBRAS--

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO:Trigésimo terceiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Quanto?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: Trigésimo terceiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Trinta e três, trigésimo terceiro. Está certo. Acho que é isso mesmo. Tinha essa ideia. A PETROBRAS, hoje tem um significado muito especial. Não só para os cariocas... Foi criado lá, foi criado no Palácio do Catete, foi criada numa campanha popular, foi criado pelo clube militar, também, naquela época. Com gente que já se foi: Arthur Bernardes, Barbosa, Leitão de Carvalho. Os universitários da época, inclusive eu próprio. Foi perto de 54. Nove meses depois, Getúlio suicidou-se. Então, é uma empresa que, mesmo aqueles que são contra, politicamente, ela, amam-a (sic), respeitam-na, mesmo aqueles que, eventualmente, possam ser contra ela. V. Exa. por acaso já leu o relatório Link? De Walter Link? É um ato secreto. Deixou de ser a partir de quando V. Exa. leu e eu pedi aqui e a PETROBRAS remeteu para cá o relatório Link, que é um documento totalmente desconhecido. Falava-se nele, mas ninguém o conhecia certo. Esse relatório foi importantíssimo para o Brasil, para a PETROBRAS, porque deu o início e acertou muito ao desmistificar a ideia de que o Amazonas era um mar subterrâneo de petróleo. Não é verdade. E apontando o caminho marítimo, é verdade, que foi lá que, no momento, 50 anos depois, nós estamos com esse sucesso excepcional.

Estou falando isso porque, já que os nossos colegas ilustres não estão mais, se não me engano, eu sou o último aqui a usar dessa



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

tribuna, e sem querer cansá-los ou fatigá-los, mas sendo do Rio de Janeiro, V. Exa., Sr. Presidente, Sr. Presidente da PETROBRAS, Sr. Relator, não imaginam o orgulho que tem o povo carioca e, sobretudo, o povo campista, do que aconteceu lá nesses últimos 10 anos. Nesses últimos 10 anos, em que se agigantou, realmente, no Rio de Janeiro. Da mesma maneira como nós, cariocas, quando anunciaram, há coisa de 20 anos, que havia sido descoberto o poço de Olinda, o poço de petróleo magnífico no Amazonas, depois, lamentavelmente, se verificou que não era bem assim, que a história era outra. Não sei se V. Exa. conhece essa história, de Nova Olinda.

Eu lamento não ter podido estar aqui, e, agora, que eu cheguei no aeroporto, desde o início, para assistir a sua palestra aqui, mas será transmitida e retransmitida e será escrita aqui nos anais da nossa Casa. Quero dizer que foi muito bom V. Exa. ter vindo aqui. Não é nenhum bicho papão, a CPI, está muito bem conduzida pelo nosso amazonense, bem conduzida pelo Senador João Pedro. Está sendo levada com seriedade pelo nosso Relator, muita seriedade. E é só preciso ter coragem para, no momento certo, fazer o que tem que ser feito. Só isso. Queremos que V. Exa. tenha muito sucesso lá. Eu acredito. V. Exa. é um professor. É geólogo também?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: Não, sou economista.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Economista, não é geólogo. Nós estamos agora comemorando 40 anos da criação da CPRM. Recebi um convite ontem. Não sei nem onde será ao certo. Será no Rio, uma parte lá, no Rio, e outra parte aqui, em Brasília. E queria que V. Exa., talvez a última visita aqui, abrisse um pouco as informações para os senadores. Porque já tivemos pelo menos dois... Um senador que morreu, que foi o criador da PETROBRAS, praticamente. O criador em termos de administração. O primeiro Presidente foi o Senador Juraci Magalhães, tivemos aqui o Eduardo Dutra, também, Senador de Sergipe, que é grande produtor de petróleo, muitas torres, fiquei impressionado quando estive lá. Que aqui os políticos tivessem mais acesso à direção da PETROBRAS. Mais acesso não é para pedir emprego nem pedir benefício de pessoais, nada. Pedir informações apenas. Isso é importante. É importante saber como é que a empresa pensa em relação à redistribuição que se pretende fazer agora com o planejamento. Isso é muito importante. Saber por que o Deputado quer isso, quer aquilo, quer mais percentual, por que o Rio de Janeiro quer mais... Ter uma participação mais adequada, saber o pensamento da PETROBRAS. Isso é muito importante. O bom senso aí, de lá vem o bom senso, talvez, venha o interesse político, mas vem o bom senso. É a pequena colaboração que quero dar a V. Exa., que o

sentido... Que o Rio de Janeiro, criador da história do Brasil, sem dúvida, teve um papel importantíssimo na produção atual da PETROBRAS possa ser... Ter o reconhecimento bem razoável e bem científico mesmo por parte da atual direção da PETROBRAS. Era isso que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, senador.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO: Excelentíssimos Srs. senadores, Senador Inácio e Senadora Ideli mencionaram a situação favorável do país e as perspectivas que a PETROBRAS tem nesse momento como perspectivas importantes. Eu queria dar algumas informações numéricas, e não vou entrar numa discussão qualitativa porque, inclusive, seriam autoelogiosas. Eu agradeço muito os elogios, mas... A modéstia impede de fazer isso. Mas eu queria dar alguns números. A receita líquida da PETROBRAS, que era, em 99, de 26 bilhões, cresceu 366% até 2008. O lucro líquido da PETROBRAS, de 99 a 2008, cresceu 1830%. Os investimentos da PETROBRAS, de 1999 a 2008, cresceram 466%. O lucro operacional da PETROBRAS, de 99 a 2008, cresceu 608%. O preço do petróleo cresceu, nesse período, 445, porque o preço do petróleo não depende de nós, e ajuda um pouco o nosso resultado. Em termos de tributos pagos pela PETROBRAS, de 99 para 2008, nós aumentamos os tributos em 948%. E a produção da PETROBRAS, nesse período, cresceu 70%. Então, nesses últimos 10 anos, até 2008, a PETROBRAS teve um crescimento, realmente, extraordinário, e, acredito fortemente, resultado de uma decisão que fortaleceu a empresa. Eu acho que a grande mudança que ocorreu nesse período, ocorreu a partir de 2003, com o Presidente José Eduardo Dutra, nosso 32º Presidente, e continuado por mim, que foi, essencialmente, uma orientação de que a PETROBRAS tem potencial, tem possibilidade e deve ser estimulada. Objetivamente, essa foi a grande diferença entre período 98/2002 para o período 2003 em diante. A grande diferença, portanto, ao invés de ter uma empresa que estava contida no seu crescimento, foi uma empresa que foi liberada para crescer e fortalecer-se, enquanto o sistema de produção, que poderia ajudar o crescimento do setor de petróleo, e, ao mesmo tempo, ser um papel, ter um papel importante no desenvolvimento brasileiro. Nesse sentido, crescimento da empresa tem muito a ver com a possibilidade de a empresa vir a contribuir para criar, no Brasil, uma cadeia de fornecedores brasileiros, diversificar as atividades da PETROBRAS, entrando na petroquímica, entrando no biodiesel, entrando no etanol, ampliando a presença no gás, ampliando na geração elétrica, modificando e ampliando e redefinindo os patrocínios com a sociedade e a relação com a sociedade. Ou seja, sair de uma situação em que a empresa estava contida e intimidada por uma situação que a empresa explodiu com o seu potencial e, portanto, conseguiu superar, e muito, as questões anteriores.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

O Senador Paulo Duque, eu vou pedir *data venia* a ele para discordar dele de uma questão apenas – concordo com as outras questões, vou tentar responder – que o Rio de Janeiro... Eu, como baiano, não posso aceitar que o Rio de Janeiro seja o único lugar que se escreve a história do Brasil. Acho que a Bahia tem um papel também importante, senador, pequenininho. Está certo, pode ser pequenininho... [Risos]. Mas tem um papel importante na história brasileira. Pequenininho, mas tem. Acho que ele faz uma pergunta sobre a posição da PETROBRAS, sobre a distribuição de *royalties*, que é o grande tema hoje que o Rio de Janeiro está envolvido. Para a PETROBRAS, senador, a PETROBRAS, ela é pagadora de *royalties*. Ela vai pagar o *royalty* de qualquer maneira, qualquer que seja a distribuição dela. Então, do ponto de vista, digamos, objetivo da empresa, é indiferente para ela se o *royalty* é distribuído de uma forma ou de outra ou de outra, porque ela pagará o *royalty* que for devido. Se o senhor perguntar a minha opinião pessoal, como indivíduo, como cidadão, e não como Presidente da PETROBRAS, eu ousaria responder que eu acho que dado o volume de recursos que virá, desse volume de recursos será muito grande com o pré-sal. Eu acho que a atual regra de distribuição, ela é muito concentradora. Poderia haver uma certa modificação dessa regra de forma que os Estados produtores recebessem mais, porque é justo que recebam mais, mas que a parcela dos outros Estados também aumentasse um pouquinho mais. Então, minha posição é a posição do cidadão. Porque para a PETROBRAS é indiferente, ela vai pagar de qualquer maneira. Seja distribuído de uma maneira ou de outra. Então, minha opinião sobre isso. Então, Sr. Presidente da Comissão, Sr. Relator, muito obrigado. Acho que...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Vamos ouvir o relator, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, eu queria saudar o Dr. José Sérgio Gabrielli, saudar o Senador José Eduardo Dutra, que nos visita hoje, nessa tarde, e registrar que a audiência do Dr. Gabrielli encerra um conjunto de audiências que nós traçamos no projeto que apresentamos aqui à comissão. Todos os pontos que foram levantados no Requerimento de pedido da CPI foram tocados exaustivamente. Nós ouvimos aqui funcionários e técnicos da PETROBRAS, ouvimos o Tribunal de Contas da União, ouvimos a Polícia Federal, ouvimos o Ministério Público Federal e ouvimos empresas que foram convidadas para fazer determinadas colocações sobre assuntos que era o tema dos requerimentos que foram criadores da CPI. Nós rejeitamos os requerimentos que não eram o tema da CPI, e, talvez, por isso, a oposição não esteja hoje aqui. E eu lamento essa postura da oposição.

Quando fui perguntado pela imprensa se a CPI continuaria com a ausência da oposição, eu afirmei que sim, porque essa CPI é do Senado e é do povo brasileiro. Ela não tem a chancela de partidos da oposição, apesar de, no momento da criação, a movimentação política e de mídia foi calcada em cima de determinadas colocações feitas pela oposição. Colocações essas que foram esclarecidas, que foram debatidas, que serão objeto do meu relatório. O relatório, que começa a ser estruturado agora, vai falar sobre os seis temas que foram objeto da CPI. Nós vamos fazer algumas sugestões, nós vamos fazer uma proposta de lei para adequar a Medida Provisória 2158, para que não haja mais nenhuma dúvida sobre a temporalidade, sobre a data da opção do mecanismo que, corretamente, a PETROBRAS fez uso, dentro da Legislação vigente. Nós vamos apresentar uma proposta que trata da questão do Decreto-Lei *versus* a Lei 8666, nós vamos apresentar uma Proposta de Lei que será levada a debate aqui, na Casa, exatamente para encerrar esse contencioso. E nós vamos apresentar algumas sugestões para a PETROBRAS no que diz respeito à questão do patrocínio *versus* a relação com entes públicos, haja vista a questão de festa de São João e contratações de determinadas ações com Prefeituras e empresas privadas. Então, nós vamos fazer algumas sugestões, que serão sugestões, mas que esperamos que a PETROBRAS possa levar em conta na proposição que nós vamos apresentar. Então, Sr. Presidente, eu pretendo, dentro de alguns dias, fazer uma exposição do relatório aqui, nesse Plenário, aos membros da CPI, para que a gente possa votar o relatório discutindo e acrescentando, inclusive, contribuições que possam surgir. Quero, novamente, convidar os membros da oposição continuarem participando da CPI. Talvez a ausência da CPI, da oposição, seja porque eles seriam obrigados, no final da CPI, a elogiar o trabalho. Talvez fique ruim, com os dados que foram colocados aqui, é patente o crescimento e o trabalho sério da PETROBRAS. Se existe alguma falha, se existe algum ponto a ser consertado, é claro que nós nos debruçaremos e iremos sugerir, iremos fazer modificações, mas não podemos deixar, em nenhum momento, de registrar a contribuição, o espírito de contribuição da PETROBRAS, que esteve presente fornecendo todas as informações, do Tribunal de Contas da União, que designou técnicos especializados para acompanhar esse trabalho e do Ministério Público Federal e, também, da Polícia Federal. Então, ao encerrar essas audiências públicas, eu quero agradecer o Dr. José Sérgio Gabrielli, agradecer a todos os servidores da PETROBRAS que se portaram com dignidade, com responsabilidade, atendendo todas as demandas da CPI. Quero agradecer ao Presidente e aos membros a confiança que me foi depositada para a designação da relatoria, e pretendo, como disse, encerrando minhas palavras, dentro de, no máximo, 10 dias, apresentar esse relatório, Sr. Presidente, para que possa ser discutido e submetido aos membros da CPI. Muito obrigado.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu queria dar uma sugestão ao Presidente, com uma certa antecedência, dada a importância do relatório que está sendo elaborado e apresentado, avisasse os membros--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Ele será entregue com antecedência, a minuta do relatório aos membros, e nós vamos debater aqui, na reunião, para fechar o documento na reunião.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Isso é bom. E também dizer a V. Exa. que eu, como Presidente da Comissão de Ética e disciplina, pelo menos oito Deputados se retiraram da comissão depois, sem eu saber, até hoje, por quê. De maneira que não fique zangado por isso.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não estou zangado, estou com saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu quero agradecer a participação de todos, de todas, e avisar aos membros da CPI que, dentro de 10 dias, duas semanas, nós vamos marcar a reunião. É claro que vai ser numa terça-feira, para manter a tradição, já que desde 14h00, desde julho, que nós estamos trabalhando às 14h00 das terças-feiras. Então, eu quero agradecer ao convidado, Presidente da PETROBRAS, o Dr. Sérgio Gabrielli, de ter se colocado à disposição desta CPI. Quero lembrar, mais uma vez, o Senador Jucá abordou esse aspecto, que esta CPI, ela não é do Governo nem da oposição. Esta é uma CPI do Senado. Do Senado. E nós temos a responsabilidade de encerrá-la. E, de forma pública, apresentar as contribuições do trabalho que tem sido realizado desde julho, desde o dia 14 de julho, quando foi aprovado pelo Plenário do Senado a instalação desta CPI. Eu quero que os senadores aguardem, o Senador Paulo Duque, Senador Inácio, a convocação da próxima reunião e, evidentemente, que, com antecedência, a proposta do relatório, do parecer, do voto do relator será entregue a todos os Senadores, para o público em geral, para que haja contribuições. Então, quero agradecer.

Não havendo mais nada nesta reunião, quero encerrar esta reunião e vamos aguardar a próxima para votar o parecer do Senador Jucá. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 16h31.

Senador João Pedro
Presidente